

PGR-00464400/2024



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural

GRUPO DE TRABALHO - EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

**Memória da Reunião Ordinária GT
08.11.2024**

DADOS

Data/período: 08.11.2024, 11:00h

Sede principal: Brasília/DF

Tipo: virtual (zoom)

PARTICIPANTES

- 1) Analucia Hartmann- PRR (PRR1)
- 2) Suzana Fairbanks Lima de Oliveira - PR (PR.SP)
- 3) Marcos Antônio da Silva Costa - PRR (PRR5)
- 4) Tiago Gutierrez - PR (PR.SC)
- 5) Antonio Augusto Teixeira Diniz - PR (PR.SC)
- 6) José Gladston Viana Correia - PR (PR.SP)
- 7) Maria Rezende Capucci - PR (PR.SP)
- 8) Mona Lisa Ismail - PR (PR.PE)
- 9) Paulo De Tarso Moreira Oliveira - PR (PR.PA)
- 10) Julio Carlos Schwonke de Castro Júnior - PR (PR.RS)
- 11) Ana Carolina Haliuc Bragança - PR (PR.SP)
- 12) Isac Barcelos Pereira de Souza - PR (PR.SP)
- 13) Lucas Horta de Almeida - PR (PR.AL)
- 14) Flavia Rigo Nobrega - PR (PR.RS)
- 15) Monique Cheker - PR (PR.PR)

ASSESSORIA

Tahinah Martins, servidora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão

PAUTA – proposta de Ana Carolina Haliuc Bragança

1. Resposta a eventos extremos (manual, grupo tático etc);
2. Transição energética;
3. Resiliência climática: prevenção e adaptação (mapeamento de áreas, cidades sustentáveis etc);
4. Litigância climática (danos climáticos associados a desmatamentos, incêndios e outras fontes, escopos no licenciamento etc);
5. Políticas Públicas Nacionais (Plano Clima, Estratégia Nacional de Adaptação, atualização da LPNMC etc);
6. Aplicação de verbas federais para enfrentamento à MC;
7. Ciência, tecnologia e inovação aplicadas a MC.

ABERTURA

A Dra. Analucia Hartmann, mantida como coordenadora do GT no início da reunião (unanimidade – vice Suzana Fairbanks), fez um breve histórico da criação do GT, dos projetos em andamento (inclusive os dois cursos aprovados pela ESMPU) e das propostas da criação de subgrupos divididos subdivisão em temáticas.

DISCUSSÕES

• Elaboração do manual

A coordenadora destacou a necessidade de elaboração de um manual para a atuação do MPF em questões climáticas, como uma das prioridades do grupo. Suzana está analisando o manual sobre o tema, do CNMP.

A primeira parte do manual será composto por um roteiro de prevenção e resposta rápida, que já está sendo desenvolvido por Flavia Rigo Nobrega - PR (PR.RS), e que deverá servir como uma orientação sobre como o MPF deve atuar em situações de emergência climática.

Suzana destacou que está sendo desenvolvido um organograma sobre dano climático nos desmatamentos no núcleo de debates de litigância climática da Abrampa, que poderia ser aproveitado.

Para Ana Carolina Haliuc Bragança, há bastante material via CNJ, Abrampa, e dentro do próprio MPF no tema desmatamento, mas não tanto para o tema queimadas. Os produtos de cada subgrupo poderiam ser definidos dentro de cada subgrupo.

Sugestão de Monique Cheker - PR (PR.PR) de tratar os incêndios como reflexo das mudanças climáticas, e não tentar resolver questões isoladas. A ideia é evitar a duplicidade de trabalho e garantir que as ações sejam direcionadas e eficazes.

Foi definido que a primeira parte do manual deve ser entregue até o final do primeiro semestre do próximo ano. Isso implica que o grupo precisa se organizar para garantir que as informações e diretrizes sejam compiladas e estruturadas a tempo.

• Iniciativas sobre mudanças climáticas

Foi discutido o recente financiamento de quatro milhões de reais para a construção de um Instituto de Mudanças Climáticas, dedicado a estudar e implementar ações relacionadas às mudanças climáticas. A proposta visa a criar um espaço institucional que concentre esforços e recursos para enfrentar os desafios climáticos.

Iniciativas de pesquisa foram mencionadas, incluindo um estudo realizado por uma instituição (Maternur) no Paraná, que se concentrou nas mudanças climáticas e suas implicações para empresas, como a Petrobras.

Foi proposta o encaminhamento de pedido à 4a CCR, para sugestão de que os escritórios ambientais em cada estado tenham um representante dedicado às questões de mudanças climáticas, inclusive no que respeita a populações tradicionais e vulneráveis, mais afetadas pelas mudanças climáticas.

Foi enfatizada a necessidade de diálogo com o Ministério do Meio Ambiente, sobre a implementação e o acompanhamento do Plano Nacional de Enfrentamento Climático. Os participantes destacaram que essa colaboração é fundamental.

• Políticas Públicas Nacionais (Plano Clima, Estratégia Nacional de Adaptação, atualização da LPNMC)

A Estratégia Nacional de Adaptação foi reconhecida como ferramenta crucial para lidar com os impactos das mudanças climáticas.

Foi discutido que a estratégia deve ser integrada às políticas públicas existentes, garantindo que as considerações de adaptação sejam incorporadas em todos os níveis de planejamento e execução. Os participantes discutiram a importância de desenvolver ações concretas que possam ser implementadas em nível local e regional. Isso inclui a criação de mecanismos para apoiar a adaptação em diferentes biomas e áreas geográficas, considerando as particularidades de cada região.

Foi mencionada a participação de diferentes interessados/colaboradores para o grupo, incluindo ONGs, comunidades e especialistas, que possam contribuir com sugestões e recomendações para a atualização da lei foi mencionada.

• Aplicação de verbas federais para enfrentamento às Mudanças Climáticas

Foi discutido como as verbas federais podem ser fiscalizadas e direcionadas para financiar projetos que visem à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A importância de garantir que esses recursos sejam utilizados de forma eficaz.

A necessidade de garantir transparência na aplicação das verbas federais foi um ponto central da discussão. Os participantes destacaram que é fundamental que haja mecanismos de prestação de contas.

• Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas à Atuação do MPF em Mudanças Climáticas

O tema de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) aplicadas às mudanças e emergências climáticas foi abordado e destacou-se a necessidade de incorporação de soluções baseadas em CT&I para apoiar a atuação finalística do MPF nessas temáticas climáticas.

Apontou-se a importância da criação de uma base de dados sobre mudanças e emergências climáticas para auxiliar os membros do MPF. Para tanto, foi decidido o

desenvolvimento de uma plataforma de bases de dados própria do GT, incluindo legislação, processos no Brasil e no Mundo (precedentes), e documentos científicos, com o apoio da equipe do Projeto Aptus, que já desenvolveu ferramenta similar em outras oportunidades. A Coordenação do GT irá sugerir à Coordenação Cameral que seja solicitado à STIC o apoio do Projeto Aptus para construção dessa base de dados, sob a coordenação técnica do PRR Marcos Antônio da Silva Costa.

Outro tema abordado foi a necessidade de capacitação de membros e servidores em ciência, tecnologia e inovação aplicadas às mudanças e emergências climáticas, assim como a importância de se estabelecer parcerias com a ESMPU, outros ramos do Ministério Público, universidades, centros de pesquisa e outros entes do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o que poderá ajudar a sedimentar a atuação do MPF em tais temáticas.

• Transição energética

Durante a reunião, a questão das usinas eólicas foi abordada com foco nas implicações ambientais e sociais associadas. Foi destacado que a instalação de usinas eólicas pode ter um impacto significativo nas comunidades tradicionais.

As discussões enfatizaram a necessidade de considerar os direitos e as necessidades dessas comunidades ao planejar e implementar projetos de energia eólica. Mona Lisa Ismail - PR (PR.PE) apontou as dificuldades com a implementação das eólicas no Nordeste. Belize, do MP/PE estaria trabalhando muito com o tema de transição energética. As questões sociais devem ser objeto de análise no licenciamento.

• licenciamento ambiental e litigância climática

A necessidade de incluir a questão climática nos licenciamentos ambientais foi abordada, com ênfase na importância de diretrizes claras. Ficou decidido criar um subgrupo dentro do GT para discutir e elaborar diretrizes que orientem os órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental a incorporar a análise de impactos climáticos em seus processos. A ideia é criar um padrão que possa ser seguido em todo o país.

Os participantes discutiram a importância de acompanhar as legislações relacionadas ao licenciamento ambiental e atuar junto aos órgãos ambientais, para garantir que as diretrizes propostas sejam implementadas e respeitadas. O GT também definiu a necessidade de fornecer apoio e recursos para os colegas.

• Designação de representantes especializados

Foi enfatizada a importância de representantes especializados em questões climáticas em cada estado. Cada Estado deve escolher quem deve atuar.

Exemplo do Paraná: portaria definiu sobre a especialização dentre os ofícios ambientais. Necessidade de capacitação dos servidores que atuam nas áreas ambientais. A ideia é que os servidores recebam treinamento específico, para que possam atuar de maneira mais informada e proativa.

Foi lembrado que os movimentos sociais e entidades muitas vezes não conseguem ter acesso a informações importantes nessa área, que deveriam estar disponibilizados. O Brasil sequer ratificou o Acordo de Escazú. Essa atuação seria importante, pois traz uma série de

garantias que entrariam no nosso ordenamento com status constitucional. A 4a CCR deveria orientar os membros a colocarem o tema MUDANÇAS CLIMÁTICAS nas ementas das atuações em NF.

• Resiliência climática: prevenção e adaptação

Foi sugerido que as ações do GT sejam divididas em duas grandes categorias: prevenção e adaptação. A prevenção foi discutida como uma abordagem fundamental para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Isso inclui ações que visam a evitar a ocorrência de desastres climáticos, como queimadas e desmatamento.

A adaptação foi reconhecida como essencial para lidar com os efeitos inevitáveis das mudanças climáticas. Isso envolve ajustar práticas e políticas para enfrentar as novas realidades climáticas e proteger as populações mais vulneráveis.

A colaboração entre diferentes órgãos e setores foi destacada. A atuação do Ministério Público deve incluir a promoção de políticas públicas que abordem tanto a prevenção quanto a adaptação, em todos os níveis de planejamento e execução.

O GT discutiu a necessidade de criar mecanismos que ajudem as comunidades a se adaptarem às mudanças, como a implementação de infraestrutura resiliente e o fortalecimento da capacidade de resposta a desastres.

• Criação de subgrupos

O GT decidiu criar subgrupos focados em áreas específicas, para agilização dos produtos e projetos.

Ao final das discussões, foram sugeridos os seguintes subgrupos:

1. Subgrupo de **Dano Climático**: mensurar os danos climáticos e suas implicações legais, buscando oferecer instrumentos para ações civis e penais.
2. Subgrupo de **Licenciamento Ambiental**: Discutir e elaborar diretrizes para o licenciamento ambiental, considerando as questões climáticas.
3. Subgrupo de **Reflorestamento**: Iniciativas para restauração de florestas e desmatamento zero, alinhando-se com as metas globais e com projetos de cidades resilientes e compensações por reflorestamento.
4. Subgrupo de **Emergência Climática**: abordará questões relacionadas a desastres climáticos, comunicação, prevenção e resposta rápida a esses eventos.
5. Subgrupo de **Adaptação**: desenvolver estratégias de adaptação às mudanças climáticas e prevenir impactos negativos em comunidades e ecossistemas;
6. Subgrupo **Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas à Atuação do MPF** em Mudanças e Emergências Climáticas

ENCAMINHAMENTOS

À Assessoria de Coordenação: Elaborar Ofício para a Quarta Câmara para (i) sugerir a designação de representantes em cada estado para atuar como pontos focais nas questões relacionadas às mudanças climáticas, e informar a criação dos subgrupos discutidos na reunião; (ii) propor uma reunião com Ministério do Meio Ambiente para

discutir as políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas e a inclusão de diretrizes climáticas nos licenciamentos ambientais, com a presença/participação dos membros da Câmara; (iii) expedição de ofício à Coordenação Cameral sugerindo que seja solicitado à STIC o apoio do Projeto Aptus na criação da base de dados sobre a temática das mudanças e emergências climáticas.

PRÓXIMA REUNIÃO:

- Data: 29-11-2024
- Hora: 10:00h
- Local: Virtual

ANALUCIA HARTMANN
Procuradora Regional da República
Coordenadora do GT Emergências Climáticas

TAHINAH ALBUQUERQUE MARTINS
4ª Câmara de Coordenação e Revisão



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00464400/2024 ATA**

.....
Signatário(a): **TAHINAH ALBUQUERQUE MARTINS**

Data e Hora: **12/12/2024 13:07:08**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ANALUCIA DE ANDRADE HARTMANN**

Data e Hora: **12/12/2024 17:53:37**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave a0a51aed.e7a809d6.9b9d39ef.b4ab5dde